

Esquema usa emendas ao Orçamento no TO

Polícia Federal aponta participação de prefeitos, empresas e parlamentares no cartel das licitações

BRASÍLIA – A Polícia Federal descobriu no Tocantins o que considera um dos maiores exemplos de desvio de dinheiro público. O esquema, segundo a PF, manipula recursos a partir da aprovação de emendas no Orçamento-Geral da União e envolve empresários, pequenos comerciantes, prefeitos e políticos de expressão no Congresso. Os nomes estão sendo mantidos em sigilo, mas esta semana serão abertos em Palmas 96 inquéri-

tos para verificar como a quadrilha foi formada e como agiu.

Em abril, a PF abriu inquérito sobre duas pequenas empresas de Palmas. E encontrou o cartel das licitações. Nos computadores das firmas, segundo os agentes, havia processos pré-fabricados, da carta-convite a contratos de obras. “Mas eram peixes pequenos”, diz um policial que participou da investigação. “O objetivo principal não era a realização das obras esperadas pela comunidade, mas o meio mais lucrativo de apropriação”, confirma o delegado Márcio Valério de Souza, da Divisão de Repressão ao Crime Organizado e Inquéritos Especiais, que presidiu o inquérito.

A apuração indica que a quadrilha fazia a divisão geográfica do Estado, loteando prefeituras de acordo com os convênios que eram firmados com o governo federal. O principal alvo era o Habitar-Brasil, mas o Ministério Público Federal do Tocantins desconfia de fraudes até no Projeto Alvorada, e escolheu 760 convênios para serem investigados nos próximos meses.

Ainda não se sabe o valor exato dos desvios, mas eles teriam sido mais frequentes entre 1997 e 1999, envolvendo várias

empresas, quase sempre ligadas à Talismã, pequena construtora que guardaria todo o esquema do cartel das licitações. A PF e o Ministério Público acreditam que parlamentares estão envolvidos porque o controle era feito a partir da aprovação das emendas ao Orçamento.

“Havia um monitoramento diário após a aprovação do dinheiro”, conta um policial. Segundo ele, tudo era rateado en-

tre empresários, parlamentares e prefeitos, alguns de cidades pequenas que não conheciam processos licitatórios e aceitavam as assessorias. A divulgação da licitação, o processo e a abertura das cartas-convite eram feitos em um único dia.

Uma ex-deputada e pelo menos dois funcionários da Câmara são investigados. Ela seria conhecida como *Estrela do Sul* pela quadrilha. Há outros apelidos, também de parlamentares.

“Os fatos mostram, sem nenhuma dúvida, uma organização criminosa bem preparada, com mecanismos de atuação previamente estabelecidos, envolvendo pessoas de vários níveis e Poderes da República e empresas particulares. O objetivo principal é desviar, em proveito próprio e alheio, grande parcela do dinheiro público”, escreveu o procurador da República no Tocantins Mário Lúcio de Avelar, justificando a denúncia de 17 pessoas, pedida pela PF. (E.L.)

ALVORADA
TERÁ 760
CONVÊNIOS
EXAMINADOS